



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7203 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

A POLIFONIA DAS VOZES SOBRE A ELEIÇÃO PARA DIRETORES ESCOLARES NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA-BA: DIVERSOS OLHARES SOBRE O MESMO PROCESSO

Katia Danielle Santos Silva Rozzato - UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana

Antonia Almeida Silva - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

INTRODUÇÃO

A luta pela democratização da educação inaugurou um capítulo novo na década de 1980, no contexto da abertura política tensionada por segmentos sociais de origens variadas.

Como fruto desse processo o princípio da gestão democrática foi consolidado na Constituição de 1988 e posteriormente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/1996.

Nesse contexto ganharam grande visibilidade as abordagens de gestão democrática que pautaram a construção de relações horizontais e a superação de práticas baseadas no clientelismo e no apadrinhamento político para o exercício de funções de administração do sistema, incluindo as escolas. Além da ênfase nos espaços colegiados, essa experiência também deu centralidade à eleição para diretores de escolas. Em Feira de Santana a eleição para diretores escolares na rede municipal é uma realidade desde o final da década de 1980, quando em 1989, fruto da luta coletiva de docentes, aconteceu a primeira eleição para gestores municipais. O trabalho em questão problematiza a eleição para diretores escolares no município em foco e objetiva analisar os bastidores desse processo, entre os anos 2000 a 2013, com ênfase nas percepções dos sujeitos que compõem segmentos diversos da escola. A pesquisa foi referenciada por uma abordagem qualitativa, orientada pela análise de conteúdo, que segundo Bardin (2016, p. 48) é

Um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a interferência de conhecimentos relativo às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Para a coleta de dados foram utilizados três instrumentos: entrevistas semiestruturadas, questionário eletrônico e análise de documentos. O campo empírico foi constituído por duas escolas e ao todo contou-se com a participação de nove depoentes, sendo três pais, dois diretores, dois funcionários e dois professores. Segundo Amado (2013), a organização do

conteúdo em categorias facilita o trabalho de interpretação e garante a validade e rigor. As categorias de análise que orientaram a interpretação dos dados foram: gestão democrática, participação e organização do trabalho pedagógico. À luz desses referentes, o recorte que aqui será apresentado dará ênfase aos depoimentos sobre a eleição e sua relação com a gestão democrática.

FEIRA DE SANTANA E A ELEIÇÃO DE DIRETORES ESCOLARES

O conceito de gestão democrática está na arena de disputa e dominam os discursos políticos e educacionais do país. Nesse estudo, a gestão democrática é entendida como uma prática político-pedagógica que, além dos mecanismos de participação dos sujeitos nas instâncias deliberativas no âmbito das unidades escolares (colegiadas, conselhos e fóruns representativos das categorias), é um componente estruturante de relações baseadas no exercício da política como diálogo. Esse entendimento está baseado numa concepção de democracia, inspirada em Chauí (1997), a qual é concebida como uma forma política baseada em três direitos fundamentais: igualdade de direitos (incluindo a percepção de que os conflitos provenientes dessa busca são legítimos); liberdade de pensamento e de expressão; e participação no poder.

Um dos depoentes chama a atenção para a polifonia das vozes que compõe uma escola.

Se ela é democrática é porque, veja bem, tanto o professor tem voz como os pais também têm voz, no meu entendimento, não sei se estou certo. As duas partes precisam se representar, no meu entendimento também. (RAFAEL, pai)

Nas escolas pesquisadas, a eleição de gestores escolares, foi um dos momentos decisórios, citados pelos depoentes, como momento de participação de todos os membros da comunidade escolar.

O mecanismo da eleição para diretores escolares em Feira de Santana foi normatizado inicialmente através de três legislações entre os anos de 1987 e 1989, até a realização da primeira eleição em 1989. O tema ocupou a agenda do sindicato dos professores e do governo municipal no início do ano de 1989 e no dia 13 de maio daquele ano ocorreu a eleição em 39 escolas municipais feirenses. Em 6 escolas o pleito foi anulado devido a irregularidades no processo. (CONHECIDOS OS DIRETORES DE ESCOLAS, 1989, p.3).

Esse não é um fato isolado, pois podemos perceber que o número de escolas nas quais ocorrem eleição não alcança a totalidade das escolas, ver quadro 1.

Quadro 1: Quantidade de escolas que concorreram eleições os anos 2000 a 2013

Ano que ocorreu a eleição	Quantidade total de escolas no município	Escolas que participaram do pleito	Escolas com mais de uma chapa inscrita
2001	227	90 (62 sede e 28 distritos)	•[1]
2003	194	82	07

2005	217	104 (67 sede e 37 distritos)	4 escolas nos distritos e 7 escolas na sede
2007	*[2]	110	•
2009	218	105 (65 sede e 40 distritos)	•
2011	214	93 (58 sede e 35 distritos)	4 escolas
2013	*	113 (70 sede e 40 distrito)	3 escolas

FONTE: Elaborado pela autora a partir da leitura de relatórios e reportagens dos períodos eleitorais

Ao longo dos anos vem sendo observado que poucas escolas têm mais de uma chapa inscrita para concorrer ao pleito (ver quadro 1). No ano de 2003, das 115 escolas municipais aptas, 82 realizaram eleições. (EMPOSSADOS DIRIGENTES DE ESCOLAS MUNICIPAIS, 2003, p.3). Para participar da eleição a escola precisa ter mais de 250 alunos matriculados e isto já exclui um número significativo de instituições, mas entre aquelas que atendem ao requisito algumas não participam do pleito.

A ausência de concorrência nas eleições das escolas municipais feirenses foi fator que gerou diferentes opiniões nos entrevistados que teceram reflexões diversas e levantaram várias hipóteses para buscar entender por quê as escolas tendem a ter apenas uma chapa. Para alguns depoentes, existe um consenso entre a equipe para montar uma chapa para concorrer a eleição.

[...] no meu pensamento é o seguinte, desde quando chegaram ao bom senso de ser chapa única é porque os colegas entenderam que aqueles nomes seriam o nome ideal para concorrer à eleição, então eles fizeram um acordo entre si e colocaram aqueles nomes. Tem outros nomes capazes, tem, e só saiu uma chapa é porque os colegas chegaram aquele nome. Acho que os colegas concordaram. (RAFAEL, pai de aluno)

Outra depoente, confirma isso relatando que existe um movimento em defesa de um projeto de escola e isto leva à consolidação de algumas lideranças. Na visão dos membros da comunidade interna, há um hábito que não deve ser mudado.

A gente já se acostumou, a gente gosta [da diretora] e não tem nada que a gente reclame. Eu acho que se tivesse alguma coisa que não tivesse agradando. O que estiver errado a gente senta, corrige, tenta consertar. Ela é quem mais se encaixa com esse perfil. Ela abraça mesmo a escola. (MARIA, professora)

Contudo, outros depoentes divergem dessa opinião, atribuindo a não candidatura a questões relacionadas às atribuições do exercício da função de diretores escolares que desestimulam as candidaturas.

[...] o ponto-chave deles é o mês de janeiro que diretor nenhum pode sair, né. E talvez também por conta desse acúmulo porque eles vêm, mas em algum momento eles vão ter que vir porque eu já estou para me aposentar [...]. (FÁTIMA, diretora)

A questão da valorização profissional também foi relatada por uma depoente.

As pessoas não têm interesse de assumir isso aqui, primeiro porque

também passa por uma não valorização. Não valorização financeira porque o gestor na rede ganha menos ou igual ao professor, então também ninguém tem o interesse de trabalhar muito mais, de ter muito mais responsabilidade, para ganhar menos ou igual. (JOANA, diretora)

O depoimento de Joana denuncia a falta de valorização profissional e financeira dos diretores escolares em Feira de Santana, referindo-se a Lei complementar nº 07/2001 que determina o valor da função gratificada recebida pelos professores que atuam na direção das escolas municipais, que está relacionada ao número de alunos matriculados nas unidades educacionais. O valor recebido pela função gratificada é menor do que o valor da atividade pedagógica recebida pelos professores para atuarem em sala de aula. Também revela um acúmulo de trabalho destinado ao diretor escolar, com demandas variadas.

As respostas para essa questão não são consensuais, para os pais entrevistados o fato da eleição ter chapa única se deve ao fato de que os membros da comunidade escolar apoiam o estilo de gestão praticado pelo grupo que se candidatou e zelam por um certo acordo de proteção do mesmo. Este “acordo” revela algumas nuances contraditórias. No depoimento do pai acima citado, ele acredita haver um acordo claro entre os professores, que chegam a um consenso do melhor nome. Para os professores e funcionários entrevistados em ambas as escolas, a chapa única revela o fato de que poucas pessoas desejam estar na direção da escola, e para os gestores entrevistados, as especificidades da função e a falta de valorização do trabalho é o que motiva a não candidatura.

A presença da chapa única nas eleições foi percebida com frequência na realidade feirense. Aliado a isso, aparece também a frequência intermitente da participação das unidades de ensino nos pleitos. Assim, entre 2000 e 2013 observou-se que somente 28 instituições participaram de todas as seis eleições, 23 participaram, apenas, uma vez, enquanto 45 deixaram de participar do sufrágio em apenas um pleito.

Essa inconstância sugere que o mecanismo da eleição ainda não foi consolidado em todas as escolas e em muitas instituições as nomeações diretas pelo governo municipal são recorrentes. Contudo, o número de escolas que participam das eleições vem crescendo.

Um fato que chama atenção é a circulação de professores entre as escolas e a continuidade dos mesmos na direção, principalmente na função de vice-diretor. Essa prática chama atenção, principalmente, porque denota fissuras nas relações de pertencimento entre alguns gestores e as instituições, notadamente com a comunidade escolar e os percursos de construção dos seus projetos pedagógicos.

Na rede municipal 46,7% dos gestores, atuam na função diretiva há mais de 9 anos, sendo nomeados ou reeleitos. Desses, 34,1% atuam há mais de 9 anos nas mesmas escolas, indicando que parte importante dos profissionais permanecem na função por longos períodos. Uma das depoentes que colaborou com a pesquisa defendeu essa ideia dizendo que a eleição traz

a oportunidade de escolher quem você quer que trabalhe junto com você. Então na nossa escola nós sempre tivemos a eleição de diretores, com chapa única. Então, nós elegemos a nossa diretora para continuar conosco todos esses anos. E sempre foi deixado em aberto quem quer assumir, quem quer criar uma chapa e nós nunca tivemos essa vontade. A gente tá bem como está, **a gente elegeu ela como nossa diretora há quase 20 anos**, o tempo que eu estou aqui, então eu acredito que é assim, eleição você escolhe, você elege, então

eu acho que é mais até democrático. (MARIA, professora, grifo meu)

No entanto, outra depoente chama atenção para um aspecto negativo relacionado ao fato da equipe gestora permanecer atuando na função por muito tempo.

[...] porque tem algumas relações que já estão desgastadas porque ao longo de 15 anos... Eu faço 15 anos como diretora e é muito tempo. (JOANA, diretora)

Confrontando os dados obtidos nos questionários com a análise dos diários oficiais com o resultado das eleições e nomeação dos gestores, o número de professores que permanecem no cargo por muitas eleições é maior do que o número obtido nos questionários, perfazendo um total de aproximadamente 18,4% das escolas com eleição. Deve-se notar que, além daqueles profissionais que permanecem na função porque a escola confirma seus nomes através das eleições, existem também os profissionais que ocupam a função por indicação e nomeação direta da Secretaria Municipal de Educação (SEDUC), fato modificado pela Lei nº 3.392/2013 que aumentou o tempo de mandato para quatro anos, mas que permite a reeleição apenas uma vez.

A realidade feirense contraria a hipótese de Paro (1996) de que mecanismos de escolhas de dirigentes mais democráticos favorecem uma menor permanência dos mesmos grupos gestores nas escolas. Todavia, assim como Paro (1996), observou-se que não há consenso entre os depoentes sobre a relação entre o provimento do cargo de gestor escolar e a vivência da gestão democrática no interior das escolas. Nesse sentido,

Certamente o impacto das eleições sobre a democracia na escola ficou muito aquém do esperado pelos mais otimistas que queriam, senão todos, pelo menos um grande número de pessoas, entre pais, alunos, funcionários e professores, participando intensamente das decisões da escola pública. (PARO, 1996, p.109)

Mesmo o mecanismo da eleição sendo considerado o mais democrático para a escolha do gestor escolar, o depoimento da professora Rosa, sugere que o perfil de liderança do diretor tem mais influência na forma de gerir escola do que a própria forma de acesso ao cargo.

[...], mas, democrática tanto faz uma como a outra porque eu acho que se você vem para trabalhar, se você se apega à escola, se você quer uma coisa melhor tanto faz eleita como nomeada. Democrática eu acho que a própria eleição já é uma própria democracia. (ROSA, professora)

As duas escolas que se constituíram como campo empírico tiveram direções nomeadas no primeiro mandato e participaram do processo eleitoral nos pleitos posteriores, reelegendo as equipes gestoras com chapa única. As entrevistas revelaram não haver debate de propostas, nem mobilizações para conquistar votos, algo que acontece nas eleições externas ao ambiente escolar, pois não há menção dos entrevistados de ocorrer situações de debate, nem apresentação de propostas para a comunidade escolar.

Uma fragilidade na legislação feirense diz respeito ao voto representativo para alunos e pais. O fato da legislação determinar que apenas um representante de pais por sala de aula pode votar, faz com que o debate não circule nos ambientes e somente os votantes sejam envolvidos no processo, como revela Gabriel.

É porque nessa eleição com as duas chapas **eu não participei, não votei**. Só ouvi dizer fulano de tal era candidato, a eleição é tal data, entendeu. Acompanhei pelos bastidores. Não cheguei a acompanhar de perto. (GABRIEL, pai, grifo nosso).

Esse depoimento, revela também que o voto não expressa a opinião de uma coletividade, não é uma representatividade da categoria pais, pois não há articulação para definição de votos. É apenas uma expressão individual de concordância ou não com o trabalho da gestão da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo eletivo para diretor escolar em Feira de Santana, que emergiu da construção coletiva de docentes e foi apontado pela multiplicidade de vozes que contribuíram com o estudo como um dos mecanismos de democratização da escola, revela as nuances complexas do exercício e construção de práticas democráticas.

A legislação que regulamenta ao processo eleitoral prevê a participação de todos os membros da comunidade escolar, com voto representativo para pais ou responsáveis e alunos, e voto direto de professores e pessoal de apoio e administrativo. O estudo aponta para a fragilidade do voto representativo, pois não envolve todos os pais da escola, tampouco dos estudantes.

Corroboramos com a ideia de que a eleição isoladamente não garante uma gestão democrática no interior da escola, como, ademais, também é assinalado por Paro (2003). É importante também que os candidatos eleitos compartilhem de um ideal de escola que coadunem com a concepção emancipatória, que defendam um ideal de escola democrática. Assim, a eleição permite que a comunidade avalie o perfil de liderança do candidato a gestor: se demonstra um perfil gerencial, hierarquizado e burocrata, mais focado na busca por resultados, estimulando a competição através de concursos e premiações ou se demonstra um perfil crítico e reflexivo, pautado na busca por relações horizontais, dialógicas e democráticas. Ou seja, “os estilos de gestão e liderança escolar, enquanto vetores constitutivos da própria cultura da organização, adquirem sentido por referência ao contexto onde são quotidianamente exercidos e moldados” (FERREIRA; TORRES, 2012, p. 91).

PALAVRAS-CHAVE: Eleição de diretores, Feira de Santana, gestão democrática, participação.

REFERÊNCIAS:

AMADO, João (coord.). **Manual de investigação qualitativa em educação**. Imprensa da Universidade de Coimbra: Coimbra, 2013.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luiz Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edição 70, 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1997.

CONHECIDOS OS DIRETORES DE ESCOLAS. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana,

nº 4.222, 20 de maio de 1989. Política, p. 3.

EMPOSSADOS DIRIGENTES DE ESCOLAS MUNICIPAIS. **Jornal Folha do Estado**. Feira de Santana, 08 de julho de 2003. Geral, p. 3.

FEIRA DE SANTANA. **Lei complementar nº 07/2001, de 11 de abril de 2001**. Altera o anexo VII, da lei complementar 01/1994. Feira de Santana, 11 de abril de 2001.

FERREIRA, Nuno Carrola e TORRES, Leonor Lima. Perfil de liderança do diretor de escola em Portugal: modos de atuação e estratégias de regulação da cultura organizacional. In: **RBPAE**. Vol. 28, n. 1, p. 86-111, jan/abr. 2012.

PARO, Vitor. **Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia**. São Paulo: Xamã, 2003.

_____. **Eleição de Diretores: A escola pública experimenta a democracia**. Campinas: Papyrus, 1996.

[1] Dados não encontrados nos arquivos da SEDUC, nem nos jornais da época.

[2] Dados não encontrados nos arquivos da SEDUC, nem nos jornais da época.